ATA DE REUNIÃO DO SISTEMA e-GESTÃO - TRT 6ª REGIÃO

Número: 07/2017 **Data: 20/11/2017**

■ **Participantes**: Desembargadora Dione Nunes Furtado da Silva - Corregedora e Coordenadora do Grupo Gestor Regional do Sistema e-Gestão; Desembargador Fábio André de Farias - Coordenador do Grupo Gestor Regional do PJe; Juiz Gilvanildo de Araújo Lima - Auxiliar da Corregedoria; Paulo César Martins Rabelo – Diretor da Secretaria da 4ª Turma; Henrique de Barros Saraiva Leão – Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas; Maria Terezinha Pimentel de Souza – Chefe do Núcleo de Estatística e Pesquisa; Luiz Eduardo Moura de Oliveira - Chefe da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico; Everaldo Arcelino de Macedo – Chefe da Seção Negocial dos Sistemas PJe e e-Gestão; Alessandro Alcides de Souza – Chefe de Gabinete da Presidência; Beatriz R. L. de O. Santana – Diretora de Secretaria da 1ª Vara de Jaboatão; Regina Maria Menezes Leite – Diretora de Secretaria da 17ª Vara do Recife; José Alberto Viana - Diretor de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Paulista; Wilma Lúcia Silva – Chefe do Núcleo de Precatórios.

■ **Objetivo:** Acompanhar o Sistema e-GESTÃO

■ **Pontos relevantes abordados:**

Iniciada a reunião, na Sala de Sessão das Turmas, presidida pela Exma. Sra. Desembargadora Dione Nunes Furtado da Silva, Coordenadora do Grupo Gestor Regional do e-Gestão, foram apresentadas as seguintes demandas:

1) O Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas, Henrique Saraiva, informa que para viabilizar a renumeração dos processos administrativos em conflito com os processos do PJe, haverá a necessidade de se acrescentar o numeral "1" (um) à numeração dos processos já existentes;

2) Em relação à retificação dos embargos de declaração, o Coordenador de Sistemas informou que já foram iniciados os trabalhos de correção dos históricos, pelas Varas notificadas, e que as inconsistências referentes à antecipação de tutela também já foram corrigidas. Informou, ainda, que foram elaborados critérios para levantamento dos processos passíveis de lançamento de RPV pendentes de lançamento,

3) Foi informado que a necessidade da compra e capacitação dos servidores na ferramenta *Power Bi* já havia sido encaminhada ao Comitê de Governança de TI, e que o nosso Tribunal é coparticipante na ata de registro de preços elaborada em licitação do TRT 8ª Região;

4) O Coordenador de Sistemas também informou que já foi aprovada a remessa de janeiro do e-Gestão, para em ambas as instância, bem como a do 2º grau para o mês de fevereiro. Salientou, também, que a sua equipe continua efetivando esforços no sentido de consolidar a aprovação de todas as remessas do ano de 2017, lembrando que o prazo de envio e aprovação dessas remessas encerra-se no final de fevereiro de 2018;

5) Por fim, o Coordenador de Sistemas informa a necessidade de alteração das configurações relativas à contagem de prazo dos sistemas, para fins de adequação ao estabelecido na Resolução Administrativa TRT 27 de 07 de novembro de 2017, onde prevê um prazo de 60 dias úteis entre a distribuição do feito e a aposição de visto pelo relator;

6) A Chefe do Núcleo de Estatística, Terezinha Pimentel, informou que o tema de RPV foi uma recomendação da Corregedoria do TST, durante a correição realizada em 2016, onde determinou o desenvolvimento de um sistema para alimentação desses dados. Entre os 10 (dez) tribunais de porte médio, apenas 04 (quatro) constam dados de RPV, lembrando que no e-Gestão só foram desenvolvidos itens de RPV para os processos físicos, não havendo previsão de lançamento para os processos do sistema PJe. Informa, ainda, que para completo lançamento dos dados de RPV, se faz necessário o levantamento de uma lista de processos onde constem, além das RPV pendentes, também as expedidas e as quitadas;

7) Foi demonstrado um aumento na produção dos processos baixados, tanto no conhecimento quanto na execução, onde, no período de janeiro a outubro de 2017, o TRT6 atingiu um percentual 104,87% no conhecimento e 109,79% na execução, quando calculado o percentual de processos baixados em relação aos casos novos. Esse desempenho foi consequência das ações desenvolvidas junto às Varas no que se refere ao

correto lançamento da baixa processual. Embora o percentual seja positivo, a Chefe do Núcleo de Estatística alerta para o reduzido nível de processos baixados no sistema PJe, onde observa-se um percentual de baixa de apenas 57,39%.

8) Foi apresentado um saldo de 1.094 (um mil e noventa e quatro) relativo aos embargos de declaração pendentes no legado, demostrando uma sensível queda após o início dos trabalhos de correção. Enfatizou, ainda, que o saldo dos embargos pendentes no sistema PJe vem se mantendo no mesmo patamar de cerca de 3.900 (três mil e novecentos) processos.

9) Foi demonstrado quadro evolutivo da arrecadação, no período de janeiro a outubro 2017, onde observa-se um aumento de 84% em relação ao mesmo período do ano anterior. Também foi demonstrada a evolução dos processos baixados e pendentes de baixa no 1° e 2° graus em comparação aos demais regionais de porte médio;

10) Por fim, foi apresentado um quadro comparativo, por instância, dos processos recebidos e solucionados no período de janeiro a outubro de 2016 e 2017. O resultado demonstra um decréscimo de 3,9% nos processos recebidos no 1° grau e um acréscimo de 13,5% no 2° Grau. Já em relação aos processos solucionados, tivemos um aumento de 3,4% no 1° Grau contra um aumento de 18,3% na 2ª Instância. Essa variação revela um substancial aumento na quantidade de processos recebidos e solucionados na instância revisora.

11) O Chefe da Seção Negocial dos Sistemas e-Gestão e PJe, Everaldo Arcelino, demonstrou os gráficos de acompanhamento dos processo pendentes de baixa, pendentes de lançamento de GRU, arrecadação e encerramento sem execução, solicitando que a atualização e divulgação desses gráficos passe a ser mensal.

Foram deliberadas e definidas as seguintes ações a serem realizadas pelo Grupo- Gestor:

1) Será realizada a retificação dos processos administrativos conforme abordado no item 1 (um), com posterior notificação às partes;

2) Realizar levantamento dos processos físicos, na fase de execução, inclusive os arquivados em 2017, que tenham como parte órgão da administração pública. Em seguida, essa lista de processos será encaminhada às Varas, através da Corregedoria, para efetivação dos lançamentos dos históricos de RPV;

3) Para fins de melhorar o desempenho dos processos baixados no PJe, na fase de execução, conforme citado no item 7 (sete), foi sugerido a realização de um estudo específico sobre o item (90383-Pendentes de Baixa na Execução), a ser realizado entre o Núcleo de Estatística e a Seção Negocial dos Sistemas PJe e e-Gestão, com a finalidade de elaborar um exemplar do manual *"Você Sabia?"*, para que as Varas possam proceder o correto lançamento e a consequente baixa dos processos que se encontram pendentes apenas de forma escritural;

4) Realizar um estudo sobre a automação de baixa processual dos 06 incidentes processuais que aparecem como pendentes no PJe e que já foram efetivamente julgados. Esse estudo será realizado até o final dessa semana para que na segunda-feira, caso haja possibilidade de efetivação dessa automação, seja elaborada uma lista para encaminhamento às Varas juntamente com a orientação do procedimento a ser realizado pelos usuários do PJe.

5) Passaram a ter divulgação mensal os gráficos mencionados no item 11 (onze), permanecendo a mesma rotina de envio das planilhas às Varas, bem como a política dos troféus. Por fim, passará a ser semanal o acompanhamento das decisões interlocutórias.

Finalizando a reunião a Exma. Sra. Desembargadora Dione Nunes Furtado da Silva abriu a pauta para questionamento dos presentes, sem nada mais a ser deliberado, agradeceu a participação de todos, estabeleceu que a última reunião do comitê no ano será realizada no dia 11 de dezembro de 2017, no qual todos ficaram cientes e deu por encerrada a reunião.

DIONE NUNES FURTADO DA SILVA
Desembargadora
Coordenadora do Grupo Gestor do e-Gestão

FÁBIO ANDRÉ DE FARIAS
Desembargador
Coordenador do Grupo Gestor do PJe